

Pádua IV Participações S/A.

*Demonstrações Contábeis em
31 de dezembro de 2019
com Relatório dos Auditores Independentes*

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Pádua IV Participações é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, 413, 12º andar, conjunto 121, Itaim Bibi, CEP 04534-011. A Companhia tem por objeto a: (i) administração de bens próprios; e (ii) participação em outras sociedades, entidades ou condomínios, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, ou detentora de direitos conversíveis ou não em participação, na qualidade de acionista, sócia, cotista ou consorciada, em caráter permanente ou temporário, como controladora ou minoritária.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

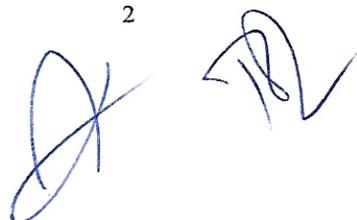
As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A escrituração contábil foi realizada com a observância da NBC TG 1000 - Modelo contábil para pequenas e médias empresas.

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo contra o resultado do exercício.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

- a) Caixa e equivalentes de caixa - Compreendem os saldos de depósitos bancários à vista e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, e possuem vencimentos inferiores há 90 dias ou sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- b) Investimentos – Os investimentos em sociedades controladas é avaliado e atualizado pelo método da equivalência patrimonial. Outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição.



- c) Impostos a recuperar - Os impostos a recuperar originaram-se de retenções na fonte sobre rendimento das aplicações financeiras e sobre as receitas de prestação de serviços da Empresa.
- d) Realizável a longo prazo - De uma forma geral, são classificáveis no Realizável a Longo Prazo contas da mesma natureza das do Ativo Circulante, que, todavia, tenham sua realização certa ou provável após o término do exercício seguinte, o que, normalmente, significa realização num prazo superior a um ano a partir do próprio balanço. Representam direitos não derivados de vendas, e adiantamentos ou empréstimos a sociedades coligadas ou controladas, diretores, acionistas ou participantes no lucro da empresa, que não constituírem negócios usuais na exploração do objeto da empresa.
- e) Ajuste a valor presente - Não é reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do ativo e passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, por não haver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.
- f) Ativos e passivos sujeitos a atualização monetária - Os ativos e passivos em reais e sujeitos à indexação são atualizados monetariamente com base nos índices aplicáveis. Os ganhos e as perdas das variações monetárias são reconhecidos no resultado pelo regime de competência.
- g) Contas a pagar aos fornecedores - As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal de negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.
- h) Ativos e passivos não circulantes - Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações vencíveis após doze meses subsequentes a data base das referidas demonstrações financeiras, acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas, se aplicável, até a data do balanço.
- i) Instrumentos financeiros - Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de

acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, ativos financeiros e disponíveis para a venda.

- j) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos - A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando várias estimativas e julgamentos, não se limitando à seleção de vidas úteis dos bens do ativo imobilizado e redução do valor recuperável de ativos.

Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, ficando a Companhia exposta a perdas que podem ser materiais.

- k) Empréstimos e financiamentos – Os empréstimos e financiamentos tomados são reconhecidos, inicialmente, quando do recebimento dos recursos. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pró rata temporis”).
- l) Reconhecimento de receitas – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos ou serviços no curso normal das atividades da companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. Geralmente, o montante de receitas é equivalente ao valor das notas fiscais emitidas.
- m) Apuração do resultado – O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime de competência de exercícios.

4



3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	(não auditado)	
	31/12/2019	31/12/2018
Banco do Brasil S.A	1.000	1.000
Banco Itaú S.A	4.031	
	<u>5.031</u>	<u>1.000</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo. Compreendem valores em caixa ou equivalentes, mantidos ou aplicados em instituições financeiras de primeira linha, com rating de crédito atribuídos pelas agências internacionais de rating.

4. INVESTIMENTOS

Em 31 de janeiro de 2019 a companhia realizou a aquisição de 7.454.502 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e quinhentas e duas) ações da Plaspar Participações Industriais S.A., pelo valor total de R\$ 449.437.164, tornando-se o acionista controlador com 59,99% do patrimônio.

Na ocasião do investimento o Patrimônio Líquido da Plaspar Participações Industriais S.A encontrava-se negativo em (R\$ 514.305) milhões, e com base no laudo efetuado pela empresa APSIS, onde se demonstram os valores de seus ativos e sua capacidade de recuperação em um período de 10 anos, e foi reconhecido um ágio por aquisição de investimento.

5. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante	
Outros débitos	
Plascorp Participações S/A	<u>1.000</u>
	1.000
Passivo não circulante	
Mútuo	
Mapa Capital Participações e Consultoria Ltda.	<u>504.744</u>
	504.744
Total do passivo entre partes relacionadas	<u>505.744</u>

Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2019

(Em reais – exceto quando indicado)

As operações mercantis realizadas entre a Companhia e as demais partes relacionadas, bem como com seus investidores possuem características específicas e diferenciadas acordadas entre as partes e em condições de mercado. Em 31 de dezembro de 2018, não houveram operações entre partes relacionadas.

6. DEBÊNTURES

	<u>31/12/2019</u>
Debêntures	449.483.000
(+)Juros	36.373.975
(-) Amortização	(45.821)
	<u>485.811.154</u>

Por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples (PADP11), não conversíveis em ações, em série única, de espécie com garantia real, por parte da Pádua IV Participações S.A. e a respectiva escritura de emissão de debêntures. Em 11 de janeiro de 2019, foram emitidas 449.483 (quatrocentas e quarenta e nove mil, quatrocentas e oitenta e três) debêntures, no valor de R\$1.000,00 (um mil reais) cada e foram subscritas 7.454.491 (sete milhões, quatrocentas e cinquenta e quatro mil, quatrocentas e noventa e uma) ações, conforme Boletim de Subscrição da Plascar Participações Industriais S/A. em 31 de janeiro de 2019.

Esta emissão está garantida por alienação fiduciária da totalidade das ações acima descritas, e por 4.473.151 de bônus de subscrição, ambos emitidos pela Plascar Participações Industriais S.A..

O valor nominal unitário das debentures ou o saldo do valor nominal unitario, conforme o caso, será amortizado em uma única data, qual seja, na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, ou ainda nas hipóteses de amortização extraordinária obrigatória e do resgate antecipado obrigatório total.

Os juros das debentures serão amortizados e pagos mediante o recebimento de receitas oriundas da Plascar a que título for, serão utilizados exclusivamente para amortizar esta dívida.

7. PROVISÃO PARA PERDAS INVESTIMENTOS

A companhia é controladora da Plascar Participações Industriais S/A, com 59,99% de participação do seu capital social, em decorrência de sua participação é reconhecido uma provisão para perda de investimentos na proporção de sua participação conforme demonstrativo:

<u>Controlada</u>	<u>2019</u>	
	<u>Capital Social</u>	<u>Tipo</u>
	59,99%	
Plascar Participações Industriais S.A	931.455.000	
Quantidade Ações	12.425.418	ON
Patrimônio Líquido	(72.202.830)	

6

Pádua IV Participações S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em 31 de Dezembro de 2019

(Em reais – exceto quando indicado)

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A companhia foi constituída em 29 de Setembro de 2018, com o capital social representado por 10.000 ações, no valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, no total de R\$10.000 (dez mil reais). Para fins do disposto no artigo 80, inciso III da Lei n.º 6.404/76, os subscritores concordaram em depositar o valor correspondente a 10% do preço de emissão das ações, em instituição financeira competente.

9. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	(não auditado)	
	31/12/2019	31/12/2018
Assessoria Jurídica	(101.717)	-
Assessoria Contábil	(15.964)	-
Consultoria	(55.340)	-
Auditoria	(18.641)	-
Publicações legais	(84.579)	-
Escrituração de debêntures	(183.352)	-
Outras despesas administrativas	(19.525)	(10.515)
	(479.118)	(10.515)

10. FINANCEIRAS LIQUIDAS

	2019
Despesas financeiras	
Juros passivos*	(36.398.537)
Despesas bancárias	(2.121)
Multa de Mora	(20)
	(36.400.678)
Receitas financeiras	
Juros sobre as aplicações financeiras	8
	8
Resultado Financeiro	(36.400.670)

*atualização monetária das debentures pela taxa D.I publicada diariamente pela CETIP.

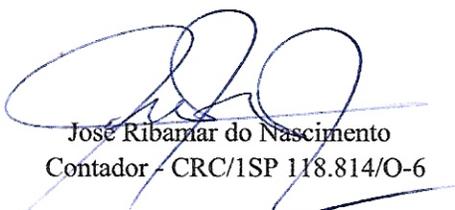
10. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

- a) Identificação e valoração dos instrumentos financeiros - A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade.
- b) Caixa e equivalentes de caixa e fornecedores - Os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização, em razão da natureza de referidas contas.
- c) Risco de crédito - O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito na aplicação de recursos, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, aplicações financeiras e outros instrumentos financeiros contratados.
- d) Risco de liquidez - A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez corrente, para que haja recursos financeiros disponíveis ao devido cumprimento de suas obrigações.
- e) Risco de mercado - O risco de mercado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas aos fornecedores. A Administração da Companhia entende que a mesma não está exposta a riscos de variações nas taxas de juros.
- f) Risco de taxa de câmbio - A Companhia não está exposta a riscos de taxa de câmbio.
- g) Derivativos - A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros em proteção à exposição de riscos de mercado, moeda e taxas de juros.

11. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Administração da Companhia aprovou as demonstrações contábeis em 16 de Março de 2020.


André Luiz Helmeister
Diretor


José Ribamar do Nascimento
Contador - CRC/1SP 118.814/O-6

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

À Diretoria e Acionistas da
Pádua IV Participações S.A.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Pádua IV Participações S.A. (“Companhia”), que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Pádua IV Participações S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza significativa relacionada à continuidade operacional

Chamamos a atenção para as demonstrações do resultado do exercício, que indicam que a Companhia incorreu em prejuízos de R\$ 80.195 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos nas demonstrações contábeis, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto a capacidade da Companhia de manter sua continuidade operacional. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectarão as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevantes nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para

fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data do nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Outros assuntos – Demonstrações contábeis intermediárias

As demonstrações financeiras intermediárias foram apresentadas com ressalvas, em decorrência de a Pádua IV Participações S.A. ter registrado o saldo de R\$ 449.437 mil como ágio na aquisição de investimentos. Os registros relacionados as transações de combinação de negócios devem atender as instruções do CPC 15 - Combinação de Negócios (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 3 (IASB – BV 2011), que define que, para mensuração do ágio e o *goodwill* devem ser inicialmente mensurados pelo custo, que se trata da diferença entre o custo de aquisição do negócio e do valor justo dos ativos, e passivos identificáveis adquiridos. Verificamos que para o período findo em 31 de dezembro de 2019, a companhia elaborou o laudo de avaliação requerido pelas normas vigentes, desta forma nos foi possível a realização de procedimentos de auditoria para revisão do saldo registrado pela companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional dos investimentos

Chamamos a atenção para os investimentos da companhia na Plascar Participações Industriais S.A., o qual apresenta incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional nas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, que descreve que a Plascar Participações Industriais S.A. através de sua controladora tem apurado prejuízos recorrentes em suas operações e tem apresentado prejuízos acumulados no patrimônio líquido no montante 1.004.063 mil (R\$ 997.435 mil em 31 de dezembro de 2018), no individual e consolidado e excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de R\$ 178.940 mil no consolidado (R\$ 709.480 mil em 31 de dezembro de 2018). Conforme apresentado nas demonstrações contábeis da Plascar Participações Industriais S.A., esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descrito naquela demonstração contábil, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo (SP), 16 de março de 2020.


Aderbal Alfonso Hoppe

Sócio

Contador CRC-1SC020036/O-8-T-SP
TATICCA Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP-03.22.67/O-1

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.

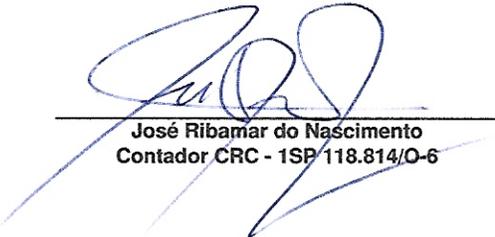
CNPJ: 32.161.916/0001-10

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)

A T I V O			
CIRCULANTE		31/12/2019	(não auditado) 31/12/2018
.Caixa e Equivalentes	3	5.031	1.000
.Impostos a Recuperar		1.029	-
SOMA		6.060	1.000
NÃO CIRCULANTE			
INVESTIMENTOS			
.Agio na Aquisição de Investimentos	4	449.437.164	-
SOMA		449.437.164	-
TOTAL DO ATIVO		449.443.224	1.000

P A S S I V O			
CIRCULANTE		31/12/2019	(não auditado) 31/12/2018
.Fornecedores		6.214	9.868
.Impostos a Recolher		665	647
.Outras Contas a Pagar	5	1.000	-
SOMA		7.879	10.515
NÃO CIRCULANTE			
.Provisão para Perdas Investimentos	7	43.314.478	-
.Partes relacionadas	5	504.744	-
.Debentures	6	485.811.154	-
SOMA		529.630.376	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
.Capital Social	8	10.000	10.000
.Capital Social a Integralizar		-	(9.000)
.Prejuízo Acumulado		(80.205.031)	(10.515)
Patrimônio Líquido		(80.195.031)	(9.515)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		449.443.224	1.000


André Luiz Helmeister
Diretor


José Ribamar do Nascimento
Contador CRC - 1SP 118.814/O-6

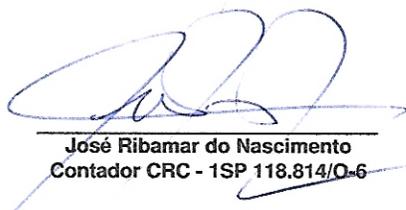
PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
 (Em Reais)

		(não auditado)	
		2019	2018
(DESPESAS) OPERACIONAIS			
.Despesas Administrativas	9	(479.118)	(10.515)
.Equivalência Patrimonial		(43.314.478)	
Financeiras Líquidas	10	(36.400.670)	-
.Receitas Financeiras		8	-
.Despesas Financeiras		(36.400.678)	-
		(80.194.266)	(10.515)
Outras Despesas Operacionais		(250)	-
Resultado Antes dos tributos sobre o lucro		(80.194.516)	(10.515)
.Contribuição Social			-
.Imposto de Renda			-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(80.194.516)	(10.515)
Lucro(Prejuízo) p/ ação		-8.019,45	-1,05


 André Luiz Helmeister
 Diretor

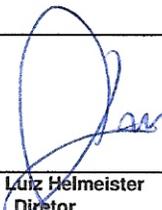

 José Ribamar do Nascimento
 Contador CRC - 1SP 118.814/O-6

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A

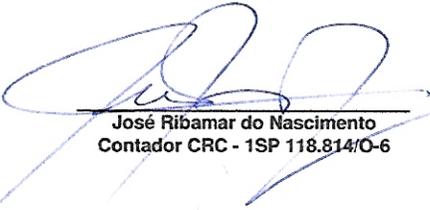
CNPJ: 32.161.916/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)

	Capital Social	Capital A Integralizar	Prejuízo Acumulado	Total
Saldo em 27/09/2018 (Não auditado)	10.000	(10.000)	-	-
.Integralização de Capital	-	1.000		1.000
.Resultado do Exercício			(10.515)	(10.515)
Saldo em 31/12/2018 (Não auditado)	10.000	(9.000)	(10.515)	(9.515)
.Integralização de Capital		9.000		9.000
.Resultado do Exercício			(80.194.516)	(80.194.516)
Saldo em 31/12/2019	10.000	-	(80.205.031)	(80.195.031)



André Lutz Helmeister
Diretor



José Ribamar do Nascimento
Contador CRC - 1SP 118.814/O-6

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.

CNPJ: 32.161.916/0001-10

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)

	2019	(não auditado) 2018
Atividades Operacionais		
Lucro Líquido	(80.194.516)	(10.515)
(+/-)juros Debentures	36.373.975	-
(+/-)Resultado Equivalência Patrimonial	43.314.478	-
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos operacionais		
(Aumento)Diminuição em Impostos a Recuperar	(1.030)	-
Aumento(Diminuição) em Fornecedores	(3.655)	9.868
Aumento(Diminuição) em Impostos a Recolher	18	647
Aumento(Diminuição) Debentures	449.483.000	-
Aumento(Diminuição) em Outros Passivos	505.743	-
Caixa Líquido Consumido / Gerado nas Atividades Operacionais	449.478.013	-
Fluxo de caixa das atividades de Investimentos		
Agio na aquisição de investimentos	(449.437.164)	-
Integralização Capital	9.000	1.000
Caixa Líquido Consumido das Atividades de Investimento	(449.428.164)	1.000
Fluxo de caixa atividades de financiamento		
Amortização debentures	(45.821)	-
Caixa Líquido Gerado / Consumido na Atividade de Financiamento	(45.821)	-
Aumento Líquido nas Disponibilidades	4.028	1.000
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	1.000	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	5.028	1.000



André Luiz Helmeister
Diretor



José Ribamar do Nascimento
Contador - CRC 118.814/O-6

PÁDUA IV PARTICIPAÇÕES S/A.
CNPJ: 32.161.916/0001-10
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
(Em Reais)

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Prejuízos do Exercício	(80.194.516)	(10.515)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(80.194.516)	(10.515)
Total do resultado abrangente atribuível à:		
Controladores	(80.194.516)	(10.515)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis


André Luiz Helmeister
Diretor


José Ribamar do Nascimento
Contador CRC - 1SP 118.814/O-6